

Produção integrada e certificação de plantas e flores.

Andrigueto, J.R.¹; Nasser, L.C.B.¹; Teixeira, J.M.A.¹; Martins, M.V.M¹.

¹Servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Anexo B, sala 130, CEP: 70043-900, Brasília, DF, PABX: (61) 32182930, e-mail: irozalvo@agricultura.gov.br; luiznasser@agricultura.gov.br; josemauricio@agricultura.gov.br; marcusvm@agricultura.gov.br.

A produção integrada é um sistema baseado na sustentabilidade, aplicação de recursos naturais e regulação de mecanismos para substituição de insumos poluentes, utilizando instrumentos adequados de monitoramento dos procedimentos e a rastreabilidade de todo o processo, tornando-o economicamente viável, ambientalmente correto e socialmente justo.

O conceito do Controle Integrado de Pragas foi definido em 1959, combinando para isto medidas de controle químico e biológico. Com a publicação do livro “Primavera Silenciosa” em 1962 a bióloga e jornalista Rachel Carson descreveu a situação da produção e utilização de agrotóxicos na agricultura da América do Norte, a qual resultava em contaminação ambiental, humana e desequilíbrio ecológico mundial. Estas iniciativas acarretaram uma grande discussão e preocupação da sociedade e entidades governamentais no sentido de estabelecer critérios para a correta utilização dos agrotóxicos na agropecuária e a necessidade de pesquisar, desenvolver e implementar novas tecnologias buscando o manejo integrado de pragas e doenças. A Proteção Integrada ou Manejo Integrado de Pragas – MIP popularizou-se na década de 70 nos EUA, Canadá, Austrália e Europa Ocidental, sendo que no período de 1967 a 1974 a FAO formulou as bases para entendimento do conceito atual do sistema de manejo integrado de pragas e doenças como a combinação de técnicas aplicadas de forma compatível e com a visão global dos problemas fitossanitários em uma determinada área e espécie de planta cultivada. Desta forma, a partir deste esforço, o termo “Manejo Integrado de Pragas – MIP” foi consolidado e difundido no mundo. No ano de 1977 técnicos europeus, sob influência de ações da FAO, fundaram a Organização Internacional de Luta Biológica – OILB, na cidade Suíça de Ovrannaz, e estabeleceram as diretrizes iniciais da Produção Agrícola Integrada. A partir de 1980, com a difusão do termo Agricultura Sustentável, surgiu na Europa nos anos 90 o conceito atualmente aceito de Produção Integrada e as primeiras “Normas Técnicas de Produção Integrada”.

Os princípios básicos que regem a produção integrada estão amparados, principalmente, na elaboração e desenvolvimento de normas e orientações de comum acordo entre os agentes da pesquisa, ensino e desenvolvimento; extensão rural e assistência técnica; associações de produtores; cadeia produtiva específica; empresários rurais, produtores, técnicos e outros, por meio de um processo multidisciplinar, objetivando com isto, assegurar que o produto comercializado encontra-se em consonância com um sistema que garanta que todos os procedimentos realizados estão em conformidade com a sistemática definida pelo Modelo de Avaliação da Conformidade adotado. A produção integrada tem que ser vista de forma holística, estruturada sob os seus 04 pilares de sustentação (**organização da base produtiva, sustentabilidade do sistema, monitoramento dos processos e informação**) e os componentes que consolidam o processo. A produção integrada está colocada no ápice da pirâmide como o nível mais evoluído em organização, tecnologia, manejo e outros componentes, num contexto onde os patamares para inovação e competitividade são estratificados por níveis de desenvolvimento e representa os vários estágios que o produtor poderá ser inserido num contexto evolutivo de produção.

Preceituados pela produção integrada, critérios e recomendações de Boas Práticas Agrícolas (BPA), adotados pela cadeia produtiva de flores e plantas ornamentais são procedimentos fundamentais para se garantir a sustentabilidade e a qualidade do produto comercializado, tornando-se premissa básica para quem almeja uma certificação vegetal.

O MAPA está instituindo o Sistema Agropecuário de Produção Integrada - SAPI. Este Sistema tem como meta o estabelecimento de Normativas Reguladoras de Produção Integrada no Brasil, baseado na aplicação de Normas de Controle e Certificação de terceiro porte (ISO 65) e no estabelecimento dos Regulamentos da Produção Integrada, unificando e padronizando o sistema para todo o Território Nacional. O SAPI constitui-se em um instrumento de apoio aos segmentos produtivos com o objetivo de elevar os padrões de qualidade e competitividade dos produtos agropecuários brasileiros, isto é, um produto diferenciado beneficiando aos consumidores, produtores, agroindústrias, exportadores e outros agentes. O SAPI é uma decorrência do modelo de Produção Integrada de Frutas - PIF, procedimentos que deram certo e alcançou o êxito desejado. Está consolidado para 14 espécies frutíferas em 17 Estados da Federação. Hoje, estão em andamento 23 projetos na área de fruticultura e outros 16 projetos em horticultura, pecuária, grãos, capacitação e logística de pós-colheita e comercialização, com o envolvimento de aproximadamente 500 órgãos públicos e privados, destacando-se a participação e parceria de instituições como Embrapa, CNPq, Inmetro, universidades, instituições estaduais de pesquisa, Sebrae, Senar, Ceagesp, associações de produtores, cooperativas e certificadoras, entre outras.

O MAPA tem ampliado seus esforços no sentido de empreender, em curto e médio prazo, articulações e estudos voltados para implantação do SAPI para plantas ornamentais e flores. Neste contexto, vale destacar a parceria que tem sido exercida com o Sebrae Nacional e o Inmetro, no desenvolvimento e implementação do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade de Flores e Plantas Ornamentais (PBAC - Flores e Plantas Ornamentais) que busca aportar métodos e processos inovadores na abordagem do desenvolvimento setorial, com abrangência nacional, sendo um programa originário do interesse dos produtores e empresários da cadeia produtiva. Santa Catarina, São Paulo, Ceará, Minas Gerais, Alagoas, Pará e o Distrito Federal são exemplos de estados que possuem pólos produtores de flores e plantas ornamentais e que têm se destacado no Brasil com experiências bem-sucedidas e devem servir de referência para outros projetos que, posteriormente, possam ser implantados.

A certificação de flores e plantas ornamentais têm sido, cada vez mais, uma exigência do mercado mundial. As empresas, do setor de flores e plantas ornamentais, precisam estar preparadas para atender aos níveis de qualidade exigidos pelo mercado consumidor. Com a certificação de flores e plantas ornamentais, através do PBAC, pretende-se:

- ❖ Desenvolver padrões certificáveis baseados em Normas e melhores práticas reconhecidas internacionalmente;
- ❖ Estabelecer um sistema único e reconhecido de verificação do atendimento aos critérios pelos produtores;
- ❖ Proporcionar a criação de indicadores comparáveis em nível nacional entre os produtores, estabelecendo referenciais para melhoria de processos e produtos;
- ❖ Prover condições para a melhoria contínua e para o desenvolvimento e adoção de boas práticas de produção e comercialização pelos produtores;
- ❖ Criar um meio de comunicação entre produtores e consumidores buscando a melhoria da satisfação do cliente.

Com a implantação da certificação de flores e plantas ornamentais, espera-se:

- ❖ Maior eficiência da propriedade, por meio do controle de qualidade dos processos e produtos;
- ❖ Instrumentos para melhorar o gerenciamento da propriedade;
- ❖ Diferencial frente à concorrência;
- ❖ Instrumento de divulgação para o mercado da qualidade da produção;
- ❖ Possibilidade de conquistar novos clientes.